

A GEOGRAFIA HISTÓRICA MINEIRA NO SÉCULO XIX: DESDOBRAMENTOS DE PESQUISAS ELABORADAS PELA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO¹

The historical geography of Minas Gerais in the nineteenth century: research developments developed by the magazine of the Brazilian Historical and Geographical Institute

La geografía histórica minera en el siglo XIX: desdoblamiento de investigaciones elaboradas por la revista del instituto histórico y geográfico brasileño

Rafaela Santos Costa de Figueiredo²
Alexandre Elias de Miranda Teodoro³
Flamarion Dutra Alves⁴

Recebido em: agosto de 2018

Aceito e publicado em: agosto de 2019

Resumo: Os primeiros registros de pesquisas que seguem um método de cunho geográfico no Brasil se dão no século XIX, por alguns pesquisadores, políticos e pessoas ligadas ao Império na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundada no ano de 1838. A revista possuía o intuito de coletar, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil. Com base nos artigos gerados pelo instituto, o objeto de pesquisa se concentra no estado de Minas Gerais no período oitocentista, buscando entender como quais desdobramentos possuíam as pesquisas em Geografia da época. Os estudos em Geografia Histórica se fazem importantes, uma vez que, os fatos geográficos se alteram ao longo do tempo e a relação tempo-espço é indissociável para se compreender as dinâmicas atuais.

Palavras-chave: Minas Gerais; IHGB; Pesquisas; Geografia.

Abstract: *The first research records that follow a geographical Brazil in the 19th century, by some researchers, politicians and people associated with the Empire in the magazine of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), founded in the year 1838. The magazine had the intention of collecting, methodifying, publishing or archiving the documents*

¹ Pesquisa com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais- FAPEMIG.

² Bacharel em Geografia – UNIFAL-MG. E-mail: rafaela_santos@live.com

³ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNIFAL-MG. E-mail: alexander_line@hotmail.com

⁴ Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNIFAL-MG. E-mail: dutrasm@yahoo.com.br

necessary for the History and Geography of Brazil. Based on the articles generated by the institute, the object of research is concentrated in the state of Minas Gerais in the nineteenth century, trying to understand how developments had the researches in geography of the time. The studies in Historical Geography become important, since, the geographic facts change over time and the relation time-space is inseparable to understand the current dynamics.

Keywords: Minas Gerais; IHGB; Research; Geography.

Resumen: *Los primeros registros de investigaciones que siguen un método de cuño geográfico en En el siglo XIX, por algunos investigadores, políticos y personas ligadas al Imperio en la revista del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño (IHGB), fundada en el año 1838. La revista poseía el propósito de coigir, metodizar, publicar o archivar los documentos necesarios para la Historia y la Geografía de Brasil. Con base en los artículos generados por el instituto, el objeto de investigación se concentra en el estado de Minas Gerais en el período oitocentista, buscando entender cómo qué desdoblamientos poseían las investigaciones en Geografía de la época. Los estudios en Geografía Histórica se hacen importantes, ya que los hechos geográficos se alteran a lo largo del tiempo y la relación tiempo-espacio es indisociable para comprender las dinámicas actuales.*

Palabras clave: Minas Gerais; IHGB; Investigación; Geografía.

INTRODUÇÃO

O período oitocentista foi marcado por intensas mudanças no território brasileiro. Em 1808, a Família Real se muda para o Rio de Janeiro. Em 7 de setembro de 1822 é declarada a independência do Brasil, porém, o país ainda é governado pelo Regime Monárquico sem repasse de poder. No ano de 1838 é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1888 a Princesa Isabel determina a abolição da escravatura e em 1889 é declarada a República Federativa do Brasil pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Essas demasiadas mudanças no contexto histórico, político e geográfico brasileiro influenciaram na história das então províncias da época. Minas Gerais foi marcado pela forte presença de negros escravizados, devida a abundância de ouro e metais preciosos, que demandavam mão-de-obra volumosa e barata.

A atual pesquisa faz parte de um projeto mais amplo, denominado: Análise Historiográfica do Estado de Minas Gerais no Século XIX: A Produção na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro Entre 1839 a 1900, possui cunho inteiramente bibliográfico e documental, dispondo como principal fonte de análise a revista do IHGB com arquivos do período oitocentista. Ao analisar os Tomos disponíveis do século XIX, foram encontrados 39 artigos para análise de temas relacionados a Minas Gerais.

Demais fontes também são utilizadas para fomentar a pesquisa, com temas relacionados a Geografia Política, Território, Territorialidades, Economia e ciclos econômicos, Formação físico-territorial mineira e o histórico da formação das ferrovias e primeiras vilas, pautando-se em

autores como e Castro (2012), Cunha (2009), Guimarães (1988), Matos (1837), Moraes (2011), Paula (2005), Saint-Hilaire (1837) e Schwarcz (2000).

Com isto, o atual escrito foi elaborado com a finalidade de compreender os acontecimentos ocorridos em Minas Gerais no século XIX através das pesquisas realizadas e publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e destacar os interesses e ideologias nos discursos das publicações.

Minas Gerais no contexto do Século XIX e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Pensar a História e a Geografia brasileira foi um dos traços do período oitocentista, principalmente por Dom Pedro e pela elite. Era importante deixar registrado questões associadas ao Brasil, de forma que os traçados tomassem rumos de interesse dessa camada social, a fim de maquiara a realidade do indígena, dos negros escravizados e da população brasileira em formação.

A fim de cumprir este propósito, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundada no ano de 1838, os periódicos possuíam o intuito de "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil." (IHGB, 2018). A ideologia da revista seguia concepções francesas, inspirada no Institut Historique de Paris, que referenciou grande parte do pensamento da Geografia. "Essa instituição foi uma agência semi-estatal responsável pelo levantamento do território e para formulação dos projetos territoriais do império, tendo o monarca como seu presidente de honra" (MORAES, 2011, p.125)

Estes escritos possuíam, como principal objetivo, garantir que a Geografia e a História do país fossem contadas de maneira que atendesse aos interesses da alta sociedade, afinal, o IHGB era [...] " composto, em sua maior parte, da "boa elite" da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente selecionados. " (SCHWARCZ, 2000. p. 127)

E, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em tomo do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. (GUIMARÃES, 1988, p. 06)

Os estudos em Geografia eram realizados, afim de, entender a diversidade natural do recente e vasto país descoberto há três séculos atrás, porém ainda pouco explorado em seu interior. Portanto, nos artigos da revista eram enviados estudos com observações de vegetação, relevo, solo, hidrografia, clima, fósseis e possíveis habitações/indígenas.

A pioneira na formulação de um genuíno mito de origem brasileiro foi elaborada pela segunda geração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aparelho cultural de integração da elite imperial fundado em 1838, que sob inspiração do pensamento europeu da época romanceou o contato entre as populações indígenas e o colonizador lusitano. (MORAES, 2011, p.125)

A criação de uma identidade nacional, na visão relatada pelo Instituto, dependia intrinsecamente do branqueamento dos indivíduos, mesmo numa população onde mais de 80% era negra e os povos indígenas já estavam integrados ao território e com conhecimento maior do espaço como um todo. O instituto possuía como objetivo – não claramente exposto – uma *missão civilizatória* pautada no europeu como modelo ideal.

Enquanto ao encargo da História, estava o papel de contar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais da época, pelo viés da família real e da aristocracia. A camada mais desprovida de recursos, porém livre, ainda sim era retratada como mão-de obra, que deveriam acatar a qualquer ordenamento sem questionar, enquanto os escravos resumiam-se a mercadoria e os índios ora eram a figura legítima da representatividade do Brasil e noutra inimigos, porém, nunca muito retratados.

No palco europeu, onde desde o início do século este desenvolvimento é observável, percebe-se claramente que o pensar a história articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque. Assim, a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os lemas que permeiam o debate em torno do nacional. Em termos exemplares, a historiografia romântica nos permitiria um campo fértil para detectar e analisar tais relações. (GUIMARÃES, 1988, p. 05)

Espelhando-se em modelos criados principalmente na Europa, pensar a Geografia e a História brasileiras traz consigo a intenção de criar uma identidade nacional planejada e controlar a população de modo a se tornar submissa ideologicamente, resumindo-se apenas a mão-de-obra.

No passado, Minas Gerais ganhou destaque devido a sua importância econômica associada ao ouro e outros metais preciosos no período setecentista e o sucesso na produção de café no último quartel do século XIX. Sua localização estratégica, próxima aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, também foram fatores que atraíram os olhares para o estado mineiro. Esses fatores corroboraram para a chegada das primeiras ferrovias e seu povoamento, consequentemente a formação das primeiras vilas.

Não só essa província é rica por seus diamantes e pedras preciosas, minas de ouro, ferro, chumbo, etc., como também por suas gordas pastagens, belas florestas e fértil território que, segundo os lugares e altitudes pode produzir a videira, a cana de açúcar e o café, o cânhamo e o algodão, a mandioca, o trigo e o centeio, mangas, pêssegos, figos e bananas. Se existe alguma região que possa dispensar o resto do mundo, será certamente a Província de Minas, quando seus inúmeros recursos forem explorados por uma população mais densa. (SAINT-HILAIRE apud MATOS, 1837, p. 65).

Sua fronteira com o estado do Espírito Santo também ganhou destaque neste século, devido ao incessante interesse nas águas do Rio Doce, que permitiriam a navegação e conseqüentemente o transporte de mercadorias com finalidade de exportação através dos portos.

Oficialmente, Minas Gerais teve sua constituição como território em 2 de dezembro de 1720, onde foram definidas oficialmente seus limites fronteiriços. “As fronteiras deste estado mediterrâneo não definem uma região geográfica coerente.” (PAULA, 2005, p. 262). Esta incoerência estaria associada a interesses de ordem política e econômica em isolar a região de abundância do ouro e dificultar a fuga daquela localidade com alguma remessa de ouro ilegal. Esta ainda

[..] confina: ao norte da Bahia, da qual é separada pelo Rio Verde, e com a de Pernambuco, que é dividida pelo rio Carinhanha; ao sul, tem a Serra da Mantiqueira, que a separa de São Paulo, e os rios Preto, Paraibuna e Paraíba, que a dividem da do Rio de Janeiro; ao poente tem a dos Goíases; e ao nascente, as do Espírito Santo e Porto Seguro, com uma parte da Bahia. (MATOS, 1837, p. 65)

A questão populacional na Província de Minas Gerais foi apurada por diversos estudiosos durante os séculos XVIII e XIX. Saint-Hilaire, contabiliza a população e a compara com o território, o que conhecemos hoje como densidade demográfica, para ele a área de aproximadamente 50.000 léguas quadradas, com uma população (1817-1818) e isso “que não se eleva a mais de 500 mil indivíduos, o que dá a média de 10 para cada légua quadrada. E assim, a população da Província de Minas é, cerca de 110 vezes menor que a da França” (SAINT-HILAIRE *apud* MATOS, 1837)

Porém, a formação dos habitantes da Província seria distribuída de forma que “a metade dessa população se compõe de escravos; os mulatos livres ou privados de liberdade constituem quase um terço, os negros livres ou escravos cerca de dois quintos; e os brancos pouco menos da quarta parte.” (SAINT-HILAIRE *apud* MATOS, 1837)

Demais estudiosos chegaram a números parecidos com os apresentados por Saint-Hilaire, como Rocha (1776) – 319.769 hab., Eschwege (1808) - 433.049 hab., Martius-Spix (1820) - 621.885 hab. e Pizarro (1818) – 424.685.⁵

Durante o século XVIII “São João Del Rei, Mariana, Ouro Preto e Sabará, serão os quatro grandes núcleos na formação de Minas Gerais.” (LATIF, 1960, p. 51), enquanto no mais adentrar do século XIX, a Capitania ainda não possuía todo seu território ocupado, dispondo de alguns sertões concentrados mais a região norte. As regiões mineiras mais populosas foram: o Sul de Minas, Zona da Mata e Metalúrgica.

⁵ Dados em Matos (1857)

Quanto à densidade demográfica das regiões mineiras, de acordo com o censo de 1872, o Sul de Minas possuía uma população ativa de 352.001 pessoas, sendo 279.778 livres e 72.223 cativos. Esta população escrava colocava o Sul de Minas como dono do terceiro maior plantel escravista de toda província, perdendo apenas para as Zonas Mata e Metalúrgica, com 94.559 e 90.148 escravos respectivamente. Mas se levarmos em consideração a população livre destas duas regiões, 279.778 e 383.601, respectivamente, percebemos que, proporcionalmente, o Sul de Minas possuía mais escravos que a Zona Metalúrgica. Ressaltamos ainda que a população livre do Sul de Minas era um pouco maior que a da Zona da Mata (Censo da População Mineira em 1872 Apud LIBBY, 1988).

Nota-se ao decorrer do período oitocentista, que a população negra, seja ela cativa ou livre, se sobressai a população branca. É inegável que os negros escravizados numa uma posição de minoria social, juntamente com a opressão dos detentores dos meios de produção, fez parte da construção da riqueza da burguesia, dos fazendeiros e até de Portugal.

Entretanto, a construção de uma identidade nacional será fundada com base no perfil de interesse da classe dominante e dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, romantizando a figura do indígena nas artes em geral (literatura, pintura) e marginalizando o negro, como raça e cultura inferior, inclusive citado por Martins (1844) no Tomo VI da Revista do IHGB, reduzindo os negros escravizados a mão-de-obra.

O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do 'outro', cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. (GUIMARÃES, 1988, p. 07)

Dispondo de uma população elevada para a época e considerando seu interesse primário na extração mineral, a capitania de Minas Gerais, obteve uma formação territorial, a princípio voltada para o urbano, pois, ali houve o início da complexidade das relações econômicas possuindo o ouro como moeda de troca, as relações entre o senhor de engenho e os escravos, e ainda a movimentos artísticos, e políticos como “ao barroco mineiro, às transformações políticas, como as associadas ao movimento da Inconfidência, etc.” (CUNHA, 2009, p. 60)

A primeira e mais fundamental dessas idéias é que, na formação espacial de Minas Gerais, o “urbano” antecede o “rural”. O sentido geral dessa proposição, entretanto, carece de algumas qualificações acerca dos significados de urbano e rural, mas, já adiantando o fundamental, pode-se afirmar que em Minas é o espaço do urbano em si que vai produzir – mais do que simplesmente anteceder – o espaço do rural, e não o contrário, como via de regra se pensa o caminho da formação das cidades e dos espaços urbanos na história. (CUNHA, 2009, p. 58)

Este modo de pensar no urbano em Minas Gerais no período oitocentista deve-se ao modo como se deram as relações econômicas para com o território, está nas relações imateriais e

não relacionada ao espaço citadino em si, já que, oficialmente no período colonial, somente Mariana era considerada uma cidade, pois sediava a diocese; os demais centros urbanos existentes pertenceriam a classificação de vilas.

O que acontece em Minas Gerais é algo interessante justamente porque é diferente do resto das conquistas na América Portuguesa, uma vez que aqui o espaço urbano em si surge antes tanto da cidade política quanto do rural. Surge em função direta do espaço da mineração, ou seja, o que dá existência a esse espaço urbano é efetivamente a mineração. Todo o afluxo populacional inicial para Minas Gerais dá-se em função da mineração e dá-se concentrado nas nucleações, e não disperso pelo campo. (CUNHA, 2009, p. 62)

“Esse movimento se inicia nos setecentos, pois, “ as minerações do século XVIII iniciam o regime do comércio interno. A colônia fermenta e se incorpora. A abundância de instrumento de troca, o ouro, permite que as várias regiões do Brasil e diferenciem. ” (LATIF, 1980, p. 113)

Logo, este processo que se inicia bem antes do século XIX, contudo, ganha destaque neste século, acompanhando de produção científica pelas revistas do IHGB, o território de Minas Gerais está “Longe de ser uma simples realidade geográfica, o espaço é uma construção historicamente determinada, fruto de relações de poder e de construções culturais. Sua identidade é definida, entre outros fatores, pelo debate entre os liames naturais e culturais que o compõem. ” (CASTRO, 2012, p. 96).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O interesse econômico em Minas Gerais, após a decadência aurífera, se concentrou na diversidade natural existentes nas Terras mineiras, principalmente na divisa com o Espírito Santo, onde os territórios compartilhavam das águas do Rio Doce, propenso a navegação, o que favoreceria o transporte de mercadorias.

O principal nome ligado a questão dos recursos naturais do Espírito Santo foi Manoel Vieira de Albuquerque Tovar (1776-1833), um nobre e administrador de origem portuguesa. De 1804 a 1810 foi governador do Espírito Santo e sempre teve um interesse especial nas águas do Rio Doce, que banham as então províncias capixaba e mineira.

Provindo tal interesse e com capital suficiente para uma expedição, Tovar desbravou o Rio Doce, demarcando distancias entre pontos importantes e estratégicos com o sonho maior de tornar esse afluente uma referência em navegação a fim de expandir o comércio e, conseqüentemente, tornando seus arredores povoados.

Os mananciais sempre foram considerados um fator geopolítico e estratégico, desde a descoberta das formas de navegação pelo homem. No caso específico do Brasil, no auge do seu

desbravamento, as águas seriam o principal meio de transporte (mobilidade) por meio do país, a fim de desbravar seu interior de continental e tenuamente urbanizado.

Sendo o Rio Doce um dos primeiros que se conheceu e se navegou, logo depois do descobrimento do Brazil, subindo por ele Sebastião Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adorno, no princípio do reinado do Sr. Rei D. Sebastião, até hoje se não tem franqueado a sua navegação. Nem tão pouco se tem conhecido os rios auxiliares, que o enriquecem; e tanto um como outros teriam decisivamente felicitado as ricas capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo. Mas o céu guardava para argumento da glória do nosso Augusto soberano, depois que veio solicitar com sua real presença esse grande continente, o franquear-se a navegação de rios tão interessantes, por meio dos quais as cidades e vilas do centro do Brazil se comunicaram com os portos de todos os impérios e reinos do mundo. (TOVAR, 1839. p. 134.)

O relato de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar possui uma escrita pautada somente no método da observação aliada a argumentos que se impõem ali algum tipo de divindade, mas ainda assim, é possível notar como as águas, no caso específico do Rio Doce, são importantes para o desenvolvimento do país no quesito de mobilidade e no sentido futuro da formação de vilas e cidades.

O rio ainda é associado ao progresso e prosperidade dos futuros comércios locais e do comércio fluvial da época, onde o transporte se daria de maneira mais ágil devido à proximidade com as águas, principalmente os estabelecimentos ligados a agricultura, pois, a plantação estaria próxima a uma região fértil e abundante em águas e ainda próximo ao ponto de vendas. Para o autor “ será de mui grande vantagem e o commercio do Rio Doce, como igualmente a agricultura, mineração e povoação; pois seu terreno é o mais productivo e aurífero que se conhece”. (TOVAR, 1839. p. 136)

[...] Pois bem: a natureza estabeleceu a navegação d'este rio, bem como a cabotagem⁶ (por assim me exprimir) fazendo o commercio, de porto a porto em embarcações costeiras, porque não se fara o commercio de tão rica capitania em canoas na parte do rio, em que podem navegar, e em embarcações naquela em que o rio as admite? [...] a bem do commercio e navegação que resultará grandes vantagens a agricultura, mineração, povoação. [...]. Formando-se o porto os armazéns para se receberem todos os gêneros de importação e exportação, as canoas de Minas, chegando aquele porto não terão demora alguma, se não em permutarem ou venderem suas carregações. Nos armazéns que já existem no porto de Souza se receberão igualmente. [...] posto isso o commercio aumentará mais e mais. (TOVAR, 1839. p. 135-136)

Tanto as águas, como os pequenos comércios, são fatores associados ao surgimento e crescimento de vilas e cidades. Gerando assim, já no fim dos oitocentos, a noção de um ponto de influência e de atração para formação de concentrações urbanas.

⁶ Cabotagem é a navegação entre portos do mesmo país utilizando as vias marítimas ou vias navegáveis interiores. Ela se contrapõe a navegação de longo curso. Logo, nesse trajeto, não se perde a costa de vista.

“D’esta maneira, não só a navegação do Rio Doce, e todos aquelles que o enriquecem, terão um rápido augmento, como o commercio, a agricultura e a mineração de todos as comarcas do interior do Brazil” (TOVAR, 1839. p. 138)

Quando D. Pedro percebe o potencial da área, escreve uma carta que se inicia num “diálogo” proposto entre o príncipe regente e Manoel Albuquerque Tovar, o governador do Espírito Santo, a fim de estreitar relações e assim utilizar-se das águas do Rio Doce como meio de transporte fluvial de cargas. São citadas ainda, dificuldades em relação a navegação, não só por barreiras naturais, como cachoeiras, mas também pela presença de aldeias indígenas dos denominados botocudos⁷.

Existem claras intenções entre a diplomacia das capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo, visto que são territórios vizinhos que uniriam vantagens econômicas para o governo. Uma vez que a parte mineira já contou com ouro e pedras preciosas e posteriormente com uma favorável produção de café.

[...] apresentando-me o quadro dos trabalhos que nas duas capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo se deviam logo praticar para vencer todas as dificuldades existentes, e promover a navegação do mesmo rio com tanta vantagem das duas Capitanias; e havendo tomado na Minha Real Consideração tudo o que se contém na vossa memória, que juntamente com esta minha Carta vos mando remetter: Sou servido ordenar que, logo que volteis a Capitania do Espírito Santo, procureis pôr em execução tudo o que se acha proposto, e entendendo-vos com o governador da Capitania de Minas Geraes, façais com que não hajam dissensões nos limites das duas Capitanias, se execute tudo o que seja conveniente, auxiliando-vos reciprocamente, e dando-me novas provas do meu zelo, luzes e amor do Meu Real Serviço, com que vos sempre vos tendes comportado. (MENDONÇA, 1844, p. 343-344)

É reconhecida a importância dos territórios e do Rio Doce para a expansão comercial. O transporte pelas águas que desaguam no mar traria prosperidade a qualquer tipo de negócio voltado a exportação. E sabendo disso, D. Pedro mostra-se disposto a retirar do seu caminho qualquer barreira, seja ela natural ou social.

Outro nome importante para o instituto é Dr. P. Lund, um naturalista dinamarquês (1801-1880) que observa, analisa e descreve as riquezas naturais da fauna e da flora de Minas Gerais. O estilo é bem Humboldtiano e remete aos métodos da Geografia Clássica.

Por toda a carta, o naturalista descreve a paisagem e no fim faz uma nota ao Instituto, se referindo ao IHGB, questionando a demora para obter uma resposta para tais artigos e demonstrando para o Instituto como é importante a divulgação dos mesmos devido a presença de pessoas importantes da época ligadas aos escritos. Lund, demonstra ao longo da carta uma espécie de sociedade com membros da nobreza e incentivadores da pesquisa.

⁷ Botocudo ou aimoré era uma denominação usada pelos colonizadores portugueses para se referir ao conjunto de índios que usavam botoques nos lábios e nas orelhas.

Na ultima carta que recebi do Sr. Rafa, Secretario da Sociedade dos Antiquários do Norte, elle me exprime o seu sentimento de não ter até aquella data recebido comunicação nenhuma do Instituto, o que eu julguei dever comunicar a V.S. para poder indagar a custa de tão desagradável demora. Eu por minha parte o sinto não menos, tanto pelo interesse que toma a Sociedade de Copenhagen nos trabalhos do Instituto, como por ver a lista de membros d'esta sociedade por tanto tempo privada de dois exímios ornamentos, que eu tinha tido a honra, numa carta que ia junta com a primeira comunicação do Instituto, de propor para membros dela. (LUND, 1842. 86)

Os estudos realizados pelo Dr. Lund são sempre de natureza ambiental, devida a sua formação já mencionada no documento anterior. Ele observa a mesma região, próximo a Lagoa Santa em Minas Gerais e faz o uso da comparação dos fósseis encontrados na região, utilizando o método de estudo Europeu para determinar quais espécies já existiram no país e quanto tempo a existência do homem se faz presente nessas terras.

Vemos, pois, que a America já era habitada em tempos que os primeiros raios da história não tinham apresentado ainda no horizonte do velho mundo, e que os povos que n'essa renotíssima época habitavam n'ella eram da mesma raça que os que no tempo do descobrimento ahi habitavam. Estes dois resultados na verdade pouco harmonizam com as idéias geralmente adaptadas sobre a origem dos habitantes d'esta parte do mundo. Pois que quanto mais se vai afastando a época do seu primeiro povoamento, conservando no mesmo tempo os seus antigos habitantes, os seus caracteres nacionaes, tanto quanto mais vai desvanecendo a ideia de uma origem secundária ou derivada. (LUND, 1844. p. 330)

Repare que Lund questiona a existência do ser humano na América, pois, a crença antiga era que o homem “mais evoluído”, portanto, precursor na chegada ao mundo haveria vindo da Europa. Hoje com a evolução dos estudos, sabe-se que os primeiros homens vieram do continente africano. Esse e outros argumentos são utilizados para justificar a maneira de se contar a História do Brasil, colocando o branco como agente protagonista.

Com o propósito de registrar a História e a Geografia do Brasil seguindo os parâmetros éticos da revista, de seus sócios e da Coroa, foram publicados artigos referentes aos mais diversos temas: população, território, economia, conflitos sociais, religiosos, meio ambiente etc. Dois historiadores marcam a história da revista Dr. Carlos Frederico Ph. De Martins e Sr. Varnhagem, escrevendo artigos referente a acontecimentos históricos da época.

Por trás dos discursos destes autores, fica clara a ideologia do instituto, que, por trás de expedições geográficas, haveria a procura por povos de diferentes etnias que já habitavam aquele território anteriormente e com isso dar-lhes um novo rumo histórico, seguindo a filosofia do IHGB.

Este trajeto histórico inicia-se quando necessita-se separar a população brasileira em raças: “São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem

convergido de um modo particular de três raças: a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica.” (MARTINS, 1844, p. 381) e ainda é acrescentado que estas teriam “ particularidades phisicas e moraes, que distinguem as diversas raças. ” (MARTINS, 1844, p. 382)

Seria ingenuidade crer que os negros escravizados seriam tratados de outra maneira, uma vez que são vistos pela sociedade da época apenas como mão-de-obra passível de troca. Porém, visto que as pessoas de diferentes etnias estavam se relacionando, gerando o que chamamos de *mestiço*, é colocado pelo autor que “ o Sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluents das raças India e Ethiopica.” ” (MARTINS, 1844, p. 383)

Havia grande idealização pelo o que vinha de fora das terras brasileiras, para tanto, os povos indígenas do território dominado pelos Lusitanos eram constantemente comparados aos índios norte Americanos, vistos como raça superior. Ainda assim, os índios brasileiros eram comparados aos povos imigrantes e sua contribuição na constituição da nação.

São realizadas previsões acerca da opinião dos historiadores, demonstrando como no futuro o índio será extinto, pois não há interesse em estudá-lo. Assim, oculta-se o real motivo de sua subtração no território, que seria o genocídio. Haveria um medo por trás do desconhecido, dos diversos dialetos que eram falados, mas o único mais compreendido seria o Tupi. Continuamente, haveria receio pelo conhecimento amplo dos índios, sobre as ervas das matas, sendo então comparados a bruxos, feiticeiros e criaturas perigosas.

Uma indagação superficial do culto actual dos índios do Brazil contenta-se em considerá-lo como uma espécie de Chamanismo ou Fetichismo; mas com isso não se dará por satisfeito o historiador philosophico, que dos restos actuais de ideas e cerimoniaes religiosas conclue para noções anteriores mais puras, e para formas de um culto antigo, do qual sacrificios humanos dos prisioneiros, o canibalismo, e numerosos costumes e usos domésticos, devem ser considerados como a mais bruta degeneração, e que somente d’este modo tornam-se explicáveis. Pesquisas tais necessariamente nos levarão para estes phenomenos pertencentes a esphera de superstições, de virtudes curativas de Thaumaturgos Indios, feiticeiros e curandeiros; e desta passamos a investigações sobre o saber dos índios relativos a phenomenos da natureza, e de outro lado sobre o sacerdócio entre elles e todas as relações do Pagé (sacerdote), curandeiro e chefe para a communitade social. (MARTINS, 1844, p. 387)

O autor ainda subentende que a história dos indígenas deveria ser deixada de lado e que “seria uma das mais belas e gratas tarefas do historiador philosophico e ethnographo, se uma história do Brazil não offercesse senão esta introdução. ” (MARTINS, 1844, p. 388)

“Uma tarefa de summo interesse para o historiador pragmático do Brazil, será mostrar como ahi se estabeleceram e desenvolveram as sciencias e artes como *reflexo* da vida Europêa. O historiador deve transportar nos á casa do colono e cidadão Brasileiro” (MARTINS, 1844, p.

388) ou seja, seria necessário produzir um material demonstrando uma espécie de *manual* afim de se aprender como ser um brasileiro a moda portuguesa.

Para tanto, seriam demonstrados “tanto nas cidades como nos estabelecimentos ruraes, como se formavam as relações do cidadãos para com seus visinhos, seus creados e escravos; e finalmente como fregueses nas transacções commerciaes.” (MARTINS, 1844, p. 388)

Quanto ao conhecimento, seria papel do historiador, era interessante pensar no modelo português e “ocupar-se especialmente com o progresso da Poesia, Rhetorica, e todas as mais sciencias de Portugal [...] apontar qual a influencia que exerceram sobre a vida scientifica, moral e social dos habitantes do Brazil. (MARTINS, 1844, p. 395)

O autor pensando em escala nacional, se posiciona que “não há duvida que o Brazil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros.” (MARTINS, 1844, p. 397), porém, não deixa claro seu ponto de vista em relação a como seria essa mudança. Apesar de transparecer sua ideologia de cunho racista ao longo de sua dissertação.

Pensando em todas essas Riquezas existentes em Minas Gerais, é escrita uma carta por D. Pedro, para o então Governador da capitania, de modo a ensina-lo como deveria reger aquele território.

O Visconde de Barbacena (1754- 1830), nascido em Lisboa, foi o primeiro a receber o título de Doutor em Filosofia pela universidade de Coimbra e também era advogado. Foi intitulado por D. Pedro I como Governador da capitania de Minas Gerais e para isto, recebeu algumas instruções de como realizar seu mandato, pois, sabendo o então Imperador das riquezas daquele território, este não poderia ser gerido sem a devida atenção.

A Carta é escrita pelo Conego Januário da Cunha Barboza, nascido no Rio de Janeiro (1780-1846), filho de pais portugueses. Foi orador sacro, historiador, poeta, biografo e político. Foi uma pessoa muito influente na época entre a família real portuguesa.

“A capitania de Minas Gerais que Sua Majestade confiou a V.S. o governo, é, pela sua situação, e pelas suas producções, uma das mais importantes de todas as outras capitancias, de que se compõe os domínios do Brazil e da América Portugueza.” (BARBOZA, 1844. p. 03)

Minas Gerais possui um vasto território localizado mais no interior do Brasil, porém, sua localização é estratégica pois encontra-se próximo de São Paulo que vem a ser um dos centros econômicos mais importantes do país e do Rio de Janeiro, onde até então encontrava-se instalada a família real.

Acha-se dita capitania no centro d'aquelles domínios; e confinando ao mesmo tempo com as Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e S. Paulo, podem estas receber d'ella, particularmente a do Rio de Janeiro, os socorros e assistências que lhes são indispensavelmente necessárias nos diversos accidentes que se

acham expostas todas as colônias que tem portos de mar; principalmente em tempo de guerra. (BARBOZA, 1844. p. 03)

O principal interesse, sem dúvidas, se concentrava no ouro e nos metais preciosos então descobertos próximo as atuais regiões de Ouro Preto e Mariana, no qual enriqueceriam os cofres da família real Portuguesa e ainda seria um método eficiente de se cobrar impostos. Minas Gerais, sob a ótica da coroa se tratava de uma capitania geradora de riquezas inesgotáveis e ainda como refúgio em caso de invasão ao Rio de Janeiro. Com isso, é possível entender a preocupação de D. Pedro em formular instruções ao Visconde de Barbacena sobre como gerir o território.

Consistem as principais produções da referida capitania de Minas em Ouro e Diamantes; estes, consignados exclusivamente aos reaes cofres; mas extendendo-se aquelle precioso metal pelas outras Capitánias, insensivelmente promove n'ellas a cultura, o commercio, e o giro interior e externo, ate que o mesmo ouro, diamantes e as mais produções de todos aquelles domínios se conduzem aos portos d'este Reino por meio de um útil commercio e a navegação nacional; de sorte que a Capitania de Minas, tomada como se deve tomar, n'este ponto de vista, é uma Colonia Portugueza vantajosamente situada, a qual em tempo de Guerra pode contribuir poderosamente para a defesa e segurança das outras Capitánias, muito particularmente da Capital do Brazil, como já tem acontecido em algumas ocasiões; e em tempo de paz fertiliza, com o seu ouro os campos, as terras de todo aquelle continente, de que se teriam copiosos fructos, que vem ultimamente enriquecer os vassallos deste Reino, e igualmente o Real Erario. (BARBOZA, 1844. p. 03 e 04)

Após expor com tanta veemência as características e peculiaridades mineiras, a carta prossegue em tom de justificativa da forma de governança, porém, se atentando ao detalhe de expor o que desagradava a Coroa.

Estas são em parte, as grandes vantagens com que a Natureza dotou a Capitania de Minas em nosso beneficio, e ellas bastam para se formar uma idea da sua importância; o nosso descuido porém, e negligencia, e-a relaxação e abusos que ali deixamos, não só introduzir, mas radicar, nos tem privado, priva, e privara de quasi todas ellas, em quanto por meio de um solido, activo, e prudente governo, qual é o que Sua Magestade Espera, e confia de V.S., se não corrigirem os ditos abusos e relaxações, reestabelecendo em lugar delas, a ordem, e regularidade nas partes mais importantes do mesmo governo. (BARBOZA, 1844. p. 04)

Posteriormente, a carta prossegue com algumas proposições acerca do que viria a desagradar a Coroa, o que vai desde a instituição Igreja Católica ao povo mineiro. As instruções direcionam o Visconde a se atentar em quanto deve ser cobrado por cada celebração/missa, confissões, semana santa. Os Cardeais deveriam cobrar do povo, mas sem extorqui-los, pois, estes já pagam impostos a Coroa e não seria interessante que essa camada da população se sentisse tão oprimida. Ainda assim, os bispos e padres deveriam repassar uma parte de seus ganhos a Coroa.

É interessante que esse sistema mantenha um equilíbrio, pois D. Pedro sabe da importância que a igreja tem para o povo. E as confissões são uma forma importante de se obter informações, como é exposto na carta.

Porém, essa influência da igreja deve acatar a certos limites. Considerando que a maioria da população mineira da época era analfabeta, os Cardeais não deviam ensinar ao povo leis ou estimular o pensamento crítico, apenas a pagar seus impostos, sobre pena Divina e também a lei que regesse o país. Deviam ser tementes a seus superiores. “O Bispo obriga os povos no dito Regimento que as pague, debaixo de uma pena de excomunhão maior” (BARBOZA, 1844. p. 07)

A carta ainda ordena que a igreja seja uma instituição menor que o estado, pois essa ainda tentava fazer suas próprias leis, contradizendo o que D. Pedro ordenava. Essa deveria influenciar e contribuir, mas nunca comandar.

Para além da atuação da Igreja, Dom Pedro determina que as províncias sejam governadas por determinado político no cargo de Governador, no caso específico de Minas o Visconde de Barbacena, juntamente a Ministros, que se equivaleriam atualmente ao poder judiciário.

[...] como a administração da justiça se acha inteiramente cometida aos Ministros, a quem Vossa Magestade conferio, e se confere ao logares de letras, e a autoridade de julgar com total independência dos Governadores, não devem estes por modo algum intrometter-se directa, nem indirectamente n’esta parte do Poder Supremo, delegado tão somente aos referidos Ministros para exercitarem no seu Real Nome. Da mesma sorte, não devem os ditos Governadores mandar suspender, prender ou desterrar, nem proceder por meios alguns coactivos, violentos ou de força contra aos referidos Ministros, nem o poderão praticar sem incorrer no Real desagrado, arrogando-se um poder que sua Magestade não lhes conferiu. (BARBOZA, 1844. p. 12)

O governador teria o papel de reger o território daquela província, porém, sem intervir nas decisões tomadas pelas Ministros. Fica claro, no trecho citado anteriormente da carta que, a figura política representada pelo Visconde é de um governador-observador, onde este repassa o que acontece em Minas ao poder maior que é Dom Pedro, mas quem determina o que acontece é o poder judiciário e quem controla o povo a igreja.

Adiante, em determinado decurso é referido que “devem, porém, os ministros respeitar e reconhecer os Governadores como seus legítimos superiores, obedecer e executar o que por elles lhe for determinado;” (BARBOZA, 1844. p. 12) isso deve ocorrer de maneira que não fira as leis pré-determinadas pelos Ministros. A cara é extensa e por vezes se contradiz, mas a palavra final é sempre da Coroa.

Sendo o Brasil um país continental e possuindo estados que possuem extensão maior que muitos países de origem europeia, torna-se uma missão difícil no século XIX, manter o total

controle sobre as províncias. Minas Gerais não foi exceção, passou por vários conflitos, principalmente com São Paulo, afim de delimitar fronteiras, terras e poder político.

[...] entre todos os povos de que se compõe as diferentes capitánias do Brazil, nenhuns talvez custaram mais a subjeitar e reduzir á devida obediência e submissão de vassallos ao seu Soberano, como foram os de Minas Geraes. Os primeiros habitantes d'aquella Capitania foram uns aventureiros da Capitania de S. Paulo, que, penetrando os matos e sertões, com o fim de descobrirem minas de ouro, as vieram achar no sítios aonde se estabeleceram, e em que presentemente existem, conhecidos por Minas Geraes, nome que depois estendeu toda a Capitania. (BARBOZA, 1844. p. 14)

Uma figura sempre citada envolvendo Minas Gerais é Manuel Nunes Viena, que já foi considerado pelo povo um representante do território mineiro. Assim sendo, Manuel tenta reger o território e desafia as ordens do poder maior e acaba passando por diversos conflitos políticos e armados, o que o obriga a abandonar o posto.

Manuel Nunes Viena tinha origem Portuguesa e era um minerador. “É o líder da Guerra dos Emboabas, conflito que opõe paulistas (vicentinos) primeiros descobridores de ouro em Minas Gerais, e emboabas, portugueses e brasileiros que chegaram às minas posteriormente.” (Portal São Francisco, 2018)

[...] Nomearam-se Governadores para Minas Geraes, e o primeiro foi obrigado a retirar-se, deixando o governo a Manuel Nunes Viena, que, depois de ter com seus sequazes ⁸ destruído os paulistas de viva força, se arregou despoticamente o comandamento de Minas; creou lugares, deu postos, e procedeu a outros actos, não só de quem aspirava ao Governo, mas ao domínio. (BARBOZA, 1844. p. 14)

Porém, nem tudo se procedeu da maneira esperada. Havia fortes conflitos entre os Paulistas e Mineiros no território de Minas Gerais. Foram muitos os governadores impostos pelo povo e tentativas de não acatar as leis que eram impostas, mas que não os agradavam.

Nomearam-se outros Governadores, que ainda que foram recebidos depois de um perdão geral, accordado aos habitantes de Minas pelas desordens passadas, se viram ainda assim obrigados a condescender com os mais poderosos e regulos disfarçando, em umas occasiões as suas inequidades, porque não tendo forças, não as podiam reprimir, nem castigar; e em outras occasiões servindo-se d'elles para os attrahir, e os contentes e propícios. Quis dar methodo ao estabelecimento e a cobrança dos direitos Reaes do Quinto na forma determinada no Regimento de 8 de Agosto de 1618. E os habitantes de Minas illudiram as disposições d'aquella lei ao ponto que os Paulistas refugiados e estabelecidos em Pitangui, depois de expulsos de outras partes por Manoel Nunes Viena, até chegaram de sua própria autoridade e commum accordo a por pena de morte a quem pagasse o quinto; e effectivamente um Jeronimo Pedrozo que o pertendeu a cobrar, se salvou fugindo mortalmente ferido; e a

⁸ Pessoa que segue ou defende os preceitos de uma religião ou as ideias de um filósofo: irão substituir o adepto por outro sequaz. Diz-se de acompanhantes, pessoas que seguem outras pessoas ou alguns princípios. Partidários. (Dicionário Online)

seu irmão Valetim Pedrozo, que veio em seu socorro, tiraram cruelmente a vida. (BARBOZA, 1844. p. 14 e 15)

Os Paulistas em território mineiro foram sem dúvidas os maiores desafiadores do poder da Coroa. Entre tantos feitos, tentaram derrubar inclusive a lei do quinto, citada anteriormente na carta ao de fato Governador de Minas. Essa atitude teve consequências que geraram conflito armado.

Muitos outros conflitos aconteceram em Minas Gerais, em um documento da revista, relata que em 1720 ocorreu um motim realizado pelo povo mineiro, com pessoas armadas e atitudes que levaram a fins sangrentos. O movimento inicia-se na casa do ouvidor Doutor Martinho Vieyra, queimando todos os documentos existentes em sua casa. Este só escapou da fúria do povo, pois fugiu a tempo.

Feito este primeiro insulto, começaram a dar vozes dizendo: *viva o povo, viva o povo*, e assim foram aumentando parciais, dos quais uns por vontade, e outros á força e por evitarem os danos de lhes quebrarem as portas e mais extorsões sanguinolentas, que faziam, os seguiam nesse motim. (p. 275)

Portanto, independente de concordar ou não com o motim, o povo mineiro se uniu afim de retirar do o Conde de Assumar, que pedia cautela ao povo, porém, [...] “parecia toda aquella vila um inferno com as desordens, motins e distúrbios causados por uns mascarados, que desciam do morro do Ouro Preto” [...] “vindo abaixo acompanhados de negros e mulatos arrombando casas, ferindo, espancando e matando aos que lhe resistiam.” (p. 276)

O povo não estava sujeito a negociações, por nenhuma das partes. O intuito era basicamente, recrutar o máximo de pessoas possíveis para cumprir o objetivo do motim e falar diretamente com o rei. “Chegaram em fim ao palácio, e ahi expuzeram publicamente o seu intento, e ás claras manifestaram a razão do motim; que era não quererem acceitar casa de fundição de quintos.” (p.277)

Mesmo o Conde aceitando as exigências do povo por medo de um provável assassinato, os mineiros se acalmaram provisoriamente, pois a real intenção era o retirar do poder juntamente ao governador, colocando assim um fim aos mandos que extorquiam o povo.

Este motim foi um dos primeiros em Minas Gerais por parte do povo e pelo povo, com origem tão violenta, chegando a atingir até a igreja local. Com o passar dos dias o Conde tentou pôr fim nisto diplomaticamente, porém, o insucesso lhe fez confrontar diretamente o povo, pois ele não acataria a nenhuma exigência.

Deliberou-se em fim o Conde General, carregado de razão, paciência, prudência e justiça, partir do Ribeirão aos 16 de julho, dia felicíssimo por ser dia de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do Ribeirão, e marchou para Villa Rica, acompanhado dos dragões e dos moradores desta villa, e com seus escravos

também com armas, para se opor á rebelião que com tanta prudência e paciência procurava aquietar: e entretanto em Villa Rica, sabendo de certo que ainda no morro estavam actualmente aquartelados os assassinos, amotinadores e levantados, e que pelos matos vizinhos tinha mettido gente armada, ou para invasão, ou para defesa de sua rebelião (o que certamente executariam se se lhes não impedissem ou atalhassem o intento), tomou o Conde General por expediente mandar pôr fogo ás casas dos principais auctores e fautores do motim. (p. 279 e 280)

É perceptível na citação anterior como a manifestação do povo é vista como um ato de insulto aos ocupantes de cargos políticos e a coroa, (o que não difere muito da atualidade), e como o Conde é visto com o Salvador da pátria e dotado de razão contra a *ignorância do povo*, independente dos artifícios utilizados para conter o motim.

São muitas as maneiras de sileciamento empregadas contra o povo, a forte repressão dos governantes, da elite e até da igreja, geravam uma forma de controle sob a população. Inclusive, em um de seus escritos o Padre Manoel da Fonseca associa a rebeldia do povo a ira divina.

Sendo do ordinário as guerras civis e o açoute, com que Deos castiga aos povos, não será muito de estranhar que os peccados dos moradores das Minas se attribuem as guerras, que entre si tiveram, tão celebres e decantadas com apellido do levante dos Embuâbas contra paulistas. (FONSECA, 1708, publicado em 1841. p. 261)

Portanto, é perceptível que Minas Gerais foi inicialmente observada somente pelo viés econômico, deixando as questões sociais em último plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que as pesquisas e publicações realizadas na área das ciências geográficas se concentram predominantemente no campo da Geografia Física em interdisciplinaridade com as ciências biológicas. Essas questões são trabalhadas com um interesse geopolítico e estratégico com a finalidade de mapear as demais riquezas naturais presentes no estado de Minas Gerais, pois, até então a área de maior conhecimento do território mineiro se concentrava na atual região de Ouro Preto e Mariana nas atividades de mineração.

São frequentemente discutidos assuntos econômicos e sociais de maneira associada as gestões políticas realizada através de indicações de cargos de confiança de pessoas pertencentes ao alto escalão da época ou pelo próprio D. Pedro II. As medidas tomadas para com as vilas pertencentes ao estado de Minas Gerais deveriam estar de acordo com os interesses políticos da época, caso contrário para além da exoneração do cargo eram publicados os acontecimentos na revista do IHGB de maneira vexatória.

A revista do IHGB ainda contou durante o século XIX com a publicação de discursos de ódio de caráter racista e xenofóbico, por grandes nomes da pesquisa histórica e geográfica.

Novamente é perceptível que as publicações condiziam com o pensamento de uma elite local, que era condizente com a escravidão de negros e índios e pouco interessadas nas questões de ordem social.

Faz-se interessante notar, a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, surgiu com a intenção de mapear a Geografia do território e ainda registrar os acontecimentos da época para garantir a construção de uma identidade nacional, todavia, a imparcialidade é claramente ausente das publicações atendendo aos interesses de uma elite local com a intencionalidade de romantizar a história de um povo marcado pela escravidão e pobreza e se apossar dos recursos naturais associado a luta pela demarcação de fronteiras com os estados vizinhos.

Não se trata aqui de desconsiderar a relevância do trabalho realizado pelo IHGB, muito pelo contrário, pois este possui publicações até os dias atuais, há materiais importantes para entendimento do discurso e território nacional. Mas é necessário entender que a pesquisa geográfica se alterou ao longo dos anos e se adequou aos mais diferentes contextos, e sobretudo, é preciso ter um caráter crítico e se preocupar com as questões relevantes para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. D.P. Relação do Levantamento que houve nas Minas Gerais no anno de 1720, governando o Conde de Assumar D. Pedro de Almeida. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typografia de D.L. dos Santos. T. III. n.11. p. 275-281. Out. 1841. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107697-revista-ihgb-tomo-terceiro.html>>. Acessado em: 19/03/2018.

BARBOZA, Januário. C. Instrução para o Visconde de Barbacena Luiz Antonio Furtado de Mendonça, Governador e capitão goral da Capitania de Minas Geraes – Offerecida ao Instituto pelo seu secretário perpétuo o Conego Januário da Cunha Barboza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nendeln-Liechtenstein: Kraus Reprint. T. VI. n. 21. p. 03-59. jan. 1844. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107700-revista-ihgb-tomo-sexto.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

CAMPOS, Rui. R. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos séculos XIX e XX**. Ed: Jundiaí, Paco Editorial. 2011.

CASTILHO, Fábio. F. A. **Economia Sul-Mineira: O Abastecimento Interno e a Expansão Cafeeira (1870-1920)**. Programa de Doutorado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), Franca. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol.

CASTRO, Martinho. M. Instrução para Dom Antônio de Noronha, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nendeln-Liechtenstein: Kraus Reprint. T. VI. n. 22. p. 215-221. jan. 1844. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107700-revista-ihgb-tomo-sexto.html>>. Acessado em: 19/03/2018.

CASTRO, Pérola. M. G. **MINAS DO SUL: Visão corográfica e política regional no século XIX**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2012.

CUNHA, Alexandre. M. O Urbano e o Rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 57-70, jan./jun. 2009.

FONSECA, Manoel. Levantamento em Minas Gerais no ano de 1708. (Extracto da Vida do Padre Belchior das Pontes, escripta pelo Padre Manoel da Fonseca, Jesuitas, e naturais de S. Paulo). **Revista do Insituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typografia de D.L. dos Santos. T. III. n.11. p. 261-274. Out. 1841. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107697-revista-ihgb-tomo-terceiro.html>>. Acessado em: 14/02/2018.

GUIMARÃES, Manoel. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. n.01. p.05-27.1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.

LATIF, Mirian. B. **As Minas Gerais**. Ed. Livraria AGIR. Rio de Janeiro. 1960.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. Editora Brasiliense. 1988.

LUND, Peter. W. Carta escripta da Lagõa Santa (Minas Gerais) ao Sr. 1^o secretário do Instituto pelo sócio honorário o Sr. Lund. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L.P. da Costa. T. IV. n. 13. p. 80-87. jan. 1842. Disponível em:< <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107698-revista-ihgb-tomo-quarto.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

LUND, Peter. W. Carta do Dr. Lund, escripta da Lagoa Santa Minas Geraes Sobre Novas Descobertas de ossos e craneos achados em suas escavações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nendeln-Liechtenstein: Kraus Reprint. T. VI. n. 23. p.326-334. 1844. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107700-revista-ihgb-tomo-sexto.html>>. Acessado em: 21/02/2018.

MARTINS, Carlos. F. Ph. Como se deve escrever a História do Brazil – Dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geographico do Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nendeln-Liechtenstein: Kraus Reprint. T. VI. n. 24. p. 381-403. 1844. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107700-revista-ihgb-tomo-sexto.html>>. Acessado em: 05/05/2018.

MATOS, Raimundo. J.C. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais** (1837). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade Federal de São Paulo, 1981. Original, 1837.

MENDONÇA, Gabriel. G. M. Carta Regia de 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo Rio Doce, oferecida ao Instituto pelo Socio correspondente o Illm. Sr. Commendador Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nendeln-Liechtenstein: Kraus Reprint. T. VI. n. 23. jan. p.343-350. 1844. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107700-revista-ihgb-tomo-sexto.html>>. Acessado em: 22/03/2018.

MORAES, Antonio. C. R. A Construção do Território no Brasil: Um Esboço. p.109-134. In: **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, Território e Periferia**. São Paulo: Annablume. 2011.

PAULA, Ricardo. Z.A. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. *Revista Científica da Faminas* – v. 1, n. 2, maio-ago de 2005.

SCHWARCZ, Lilia. M. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 126-127.

TOVAR, Manoel. V.A. Informação de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a Navegação Importantíssima do Rio Doce. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. T. 1. n. 03. p.159, 1839; 2.ed., p. 179; 3.ed., p. 134.-138. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>> Acesso em: 14/02/2018